

---

## Insubmissive And Anti-Racist Education At The Diogo Ramos Quilombola State School – Pedagogical Practices

### Educação Insubmissa e Antirracista no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos – Práticas Pedagógicas

Received: 2023-07-03 | Accepted: 2023-08-05 | Published: 2023-08-11

---

#### Fabiane Moreira da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2557-1144>

Universidade Federal do Paraná

E-mail: [fabianemoreira05@gmail.com](mailto:fabianemoreira05@gmail.com)

#### Carolina dos Anjos de Borba

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3690-9411>

Universidade Federal do Paraná

E-mail: [carolzinhadosanjos@email.com](mailto:carolzinhadosanjos@email.com)

---

#### ABSTRACT

During the period from 2016 to 2020, an ethnographic research was carried out on Quilombola School Education in the State of Paraná, specifically in the community of João Surá, which is located in the Ribeira Valley. This research aimed to accompany the pedagogical proposals of education at Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, resulting in a monograph work, a thesis dissertation and subsidies for a doctorate in progress at the Federal University of Paraná. There are many questions about whether an anti-racist education is possible, and how to put into practice the theories of libertarian education. In areas of educational training, there is still uncertainty about how to include in planning the changes that law 10.639/03 and other guidelines on teaching education aimed at traditional populations brought to the school environment. The article intends to promote the debate on anti-racist pedagogical practices and present some examples of activities that value quilombola and afro-diasporic culture.

**Keywords:** Unsubmissive Practices; Anti-racist practices; Quilombola Education;

---

#### RESUMO

Durante o período de 2016 a 2020 se desenvolveu uma pesquisa etnográfica sobre a Educação Escolar Quilombola no Estado do Paraná, especificamente na comunidade de João Surá que se localiza no Vale do Ribeira. Essa pesquisa teve como objetivo acompanhar as propostas pedagógicas de educação no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, resultando em um trabalho de monografia, uma dissertação de tese e subsídio para doutoramento em andamento pela Universidade Federal do Paraná. Existem muitos questionamentos se é possível uma educação antirracista, e como colocar em prática as teorias de educação libertaria. Também existem ainda em espaços de formação educacional a incerteza de como incluir nos planejamentos as mudanças que a Lei 10.639/03 e outras diretrizes sobre o ensino das educações voltadas para populações tradicionais trouxeram para o ambiente escolar. O artigo tem a intenção de promover o debate sobre práticas pedagógicas antirracistas e apresentar alguns exemplos de atividades que valorizam a cultura quilombola e afro-diaspórica.

**Palavras-chave:** Práticas Insubmissas; Práticas Antirracistas; Educação Quilombola;

## INTRODUÇÃO

Uma educação insubmissa e libertária é aquela que em meio à tantas adversidades se mostra encorajadora. Na comunidade Quilombola de João Surá pude acompanhar por um longo período o fazer pedagógico do Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos. Durante o período de trabalho etnográfico foram vários os exemplos de uma educação diferenciada, e neste texto pretendo detalhar algumas das práticas de educação escolar quilombola que puderam ser registradas por meio de caderno de campo.

A educação representa um papel importante ao combate de ideologias racistas e preconceituosas inculcadas na sociedade. No entanto, ela também pode ser utilizada como reforço de estereótipos que favorecem a elite hegemônica e racista que disputam esse e outros espaços de poder. Esse movimento sofisticado e contínuo da utilização de mecanismos de manutenção de opressões, como uma educação bancária, serve para garantir um estado social, no qual a pessoa negra é inferiorizada. Para reverter esse quadro de discriminação racial a educação é uma importante ferramenta para mudanças sociais e fortalecimento do combate a diferentes violências. Nesse sentido a educação quilombola vem como dupla função na luta antirracista: a Insubmissão, inculcada nas suas perspectivas e diretrizes, e a conexão com o conhecimento ancestral afro diaspórico.

Em 2016 foi iniciado um estudo etnográfico sobre a educação que ocorre no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, este estudo resultou em um trabalho de conclusão do curso de Pedagogia e uma dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Paraná, e possibilitou outras provocações a cerca da temática. Para isso foi imprescindível a parceria e colaboração de toda a equipe escolar do colégio e da comunidade João Surá onde foi desenvolvida a pesquisa.

As primeiras etapas foram dedicadas a coleta de informação sobre a temática de educação quilombola, para posteriormente realizar o trabalho de imersão no campo de pesquisa. Esse trabalho influenciou não somente a minha aprendizagem e formação, mas interferiu diretamente na minha construção identitária. Através deste trabalho etnográfico foi possível compreender a confluência entre teoria e prática da educação libertaria, ou das concepções de Paulo Freire sobre Praxis educativa. Esse trabalho realizado para a conclusão do Curso de Pedagogia da Universidade federal do Paraná foi o ponto inicial para outras pesquisas que posteriormente realizei em conjunto com comunidades quilombolas.

Ser uma acadêmica negra se mostra um desafio em uma sociedade desigual, racista e machista, pois as intempéries se mostram mais elevadas para quem possui esses componentes interseccionais. Na esteira de Paulo Freire (2015, p.37) “O radical, comprometido com a libertação dos homens, não se deixa prender em ‘círculos de segurança’, nos quais aprisione também a realidade”. Por tanto, buscando quebrar paradigmas da subalternização, escolhi

pesquisar sobre educação escolar quilombola em um período onde falar sobre quilombos no ambiente acadêmico era considerado atípico. Através da força e resistência que as comunidades desempenham no movimento social e político nacional, podemos observar avanços significativos na esfera educacional. Nesse sentido, “Tão mais radical quanto mais se inscreve nesta realidade para, conhecendo-a melhor, melhor poder transformá-la.” (FREIRE, 2015, p. 37) a intencionalidade é também contribuir para o avanço da modalidade e dos estudos dedicados ao conhecimento da educação que ocorre dentro das comunidades.

Essa pesquisa faz um recorte no estado do Paraná, que no período de 2016 a 2020 tinha registrado pela Secretaria de Estado da Educação 43 escolas estaduais atendendo alunos quilombolas. Dois desses estabelecimentos de ensino estão inseridos dentro dos territórios das comunidades – Colégio Estadual Quilombola Maria Joana Ferreira, em Palmas e Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos em Adrianópolis.

É importante ressaltar também que o estado do Paraná foi o pioneiro na organização de uma proposta pedagógica voltada à educação escolar quilombola intitulada Educação Escolar Quilombola: Pilões, Peneiras e Conhecimento Escolar, publicada em 2010. Esta proposta realizada pela Secretaria de Estado da Educação, pela Superintendência da Educação, pelo Departamento da Diversidade e pelo Núcleo de Educação das Relações Étnico-raciais e Afrodescendência - NEREA contou com uma equipe especializada em educação para as relações étnico raciais e educação quilombola. Alguns dos membros que participaram da realização deste trabalho também desenvolveram trabalhos pelo GT Clovis Moura, criado em 2005 no estado do Paraná, sendo responsável por identificar e mapear as comunidades negras rurais e quilombolas do estado. Essa movimentação também contribuiu para a criação do documento oficial de embasamento da modalidade: as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, homologada em 2012.

Essa movimentação do período 2005 a 2012 somadas com a de Lei 10.639/03 que “Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’ (BRASIL, 2003). Representam um período sócio-político de grande atuação da sociedade civil nos espaços decisórios. Tomando como embasamento essa trajetória, mais a coleta de dados sobre a organização escolar do Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos e sua proposta pedagógica, o trabalho se voltou a compreender a interação do espaço escolar com a comunidade.

A intenção desta escrita é também valorizar o trabalho das professoras e professores da educação escolar quilombola, pois o compromisso duplo de promover uma educação antirracista e uma educação que valorize a educação quilombola exige muita dedicação. Por vezes essas e esses profissionais da educação precisam realizar duras rupturas para poder exercer sua função, como enfrentar trajetórias desgastantes para ter acesso ao ambiente profissional.

É importante ressaltar que a educação insubmissa não possui receitas ou manuais. Mas, possui sim um conjunto de intencionalidades e conceitos em confluência com diferentes práxis que melhor atendam cada realidade dos ambientes escolares. Nesse sentido, as práticas aqui mencionadas podem servir de inspiração e ajudar a despertar a motivação para que cada educador/a, cada ambiente educacional possa promover à sua maneira a melhor forma de aplicar a lei 10.639/03 e conduzir suas estratégias para combater o racismo.

### ***COLÉGIO ESTADUAL QUILOMBOLA DIOGO RAMOS: É ATRAVÉS DA SANKOFA QUE VALORIZAM O UBUNTU***

João Surá está localizado em uma das maiores regiões de Mata Atlântica do Brasil, no Vale do Ribeira. O vale abriga não somente comunidades quilombolas, mas também Ribeirinhos, Indígenas, Caiçaras e outras comunidades tradicionais. O quilombo João Surá é contornado, em boa parte, pelo Rio Pardo – confluente do Rio Ribeira “o último grande rio paulista que não possui barramento” (MOAB, 2016), e que atua como divisor natural entre o estado de São Paulo e o Paraná. A comunidade tem aproximadamente mais de 200 anos de existência segundo os relatórios antropológicos e das fontes históricas do quilombo. Com aproximadamente 50 famílias morando no território e que está a aproximadamente 160km da capital Curitiba. Com grandes trechos de estrada de chão, o acesso a comunidade se torna mais difícil, principalmente em períodos chuvosos.

Durante o trajeto até a comunidade é possível admirar a paisagem natural preservada pelas comunidades tradicionais do vale, mas também é possível visualizar em meio às matas virgens, locais onde grandes fazendeiros se apropriaram e utilizam para o plantio de Pinus e Eucaliptos, outras áreas desmatadas para a produção de pasto para criação de bovinos. Também se localiza muito próximo a comunidade - e em boa parte do que era território quilombola - o Parque Estadual das Lauráceas para a preservação ambiental. Nesta realidade se encontra o Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, campo de interação da pesquisa.

A comunidade de João Surá, assim como outras comunidades no Brasil, ainda aguarda o processo definitivo de titulação do seu território. A questão territorial também é importante para o processo educativo, pois se trata de algo concreto que determina a possibilidade dessas famílias se desenvolverem em relação a sociedade. Se trata da relação com o campesinato e com a fonte de renda e sobrevivência de muitos grupos que tem o campo como morada. Porém com a instabilidade em relação a demarcação territorial essas relações ficam fragilizadas. Mesmo com o Artigo 68 da Constituição Federal de 1988 e do Decreto 4887/03, que regulamenta a demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades quilombolas, a garantia de permanência nas suas terras ainda se apresenta distante para várias comunidades quilombolas.

No caso do Vale do Ribeira a ameaça de perda do território se agrava quando existe o interesse na construção de uma barragem no local. Estimativas levantadas pela empresa interessada e pela Fundação Palmares relatam que se construída vai atingir João Surá e mais 18 comunidades da região. A ameaça já se estende por anos sobre as comunidades do vale que é uma região com muitas questões fundiárias.

Além do colégio, também se encontra na comunidade um posto de saúde, a Igreja de Santo Antônio e a Escola de Ensino Fundamental e Educação Infantil João Surá. Todos estes espaços só estão neste lugar pela luta dos quilombolas. A igreja, por exemplo, foi construída pela comunidade, sua primeira versão era uma capela onde os fiéis de vários lugares vinham fazer suas orações e preces a Santo Antônio. Os mais velhos da comunidade contam que ela surgiu de uma promessa e com o tempo foram melhorando a estrutura deste espaço.

Assim também foi com a construção do Colégio, pois a comunidade teve que lutar com ênfase por esse espaço. Foram vários os depoimentos e relatos realizados a Secretaria Estadual de Educação - SEED sobre as dificuldades ao acesso à educação na comunidade. Antes de criar o colégio na comunidade as pessoas tinham que percorrer quilômetros de estradas sinuosas, no período noturno até a cidade mais próxima para poder estudar. Muitas estudantes ao finalizar o Ensino Fundamental I não davam continuidade no ensino básico, e muitos evadiam o ensino pelas dificuldades que estudar representava. Mesmo com transporte fornecido pelo Estado não resolvia a maioria dos problemas que os adolescentes e jovens passavam. Essas condições também contribuíram para uma ampliação de adultos com baixa escolarização. Essa condição dificultava na busca por melhores empregos.

A jornada para aquelas e aqueles que além de estudar trabalhavam também causava grandes preocupações, pois a rotina escolar em uma cidade distante exigia muito dos estudantes. Alguns não conseguiam acompanhar as aulas com eficiência por estarem exaustos, do trabalho diurno e do trajeto extenso. O pedagogo do colégio, Benedito Floriano de Freitas Júnior, conta que vivenciou todas essas dificuldades, e que presenciou até mesmo acidentes no percurso. A estrada além de sinuosa, não tinha nenhum tipo de manutenção, e a noite o risco se agravava pelos buracos que surgiam em meio ao trajeto. Foram muitas as vezes que ele regressou a comunidade de madrugada, por conta de imprevistos que ocorriam no caminho. Diante de todas essas problemáticas, muitos pais optavam por não matricular os filhos na escola, e viam o ensino como algo ruim, pois o ato de ir a escola era considerado um ato perigoso, que apresentava risco para a vida dos adolescentes e jovens do quilombo.

Mas a comunidade não estava satisfeita com a situação da educação e reivindicou junto a Secretária de Educação um colégio dentro da comunidade, para que os jovens continuassem sua formação e também tivessem mais segurança nesse processo. Depois de muitos protestos e reivindicações foi formado o Colégio Diogo Ramos em dezembro de 2008. Em 2009 a primeira turma de alunos foi matriculada e desde então sempre há muita procura pelo colégio. A fundação

do colégio na comunidade não cessou todos os problemas que a região apresenta, mas apresentou inúmeras soluções, inclusive no setor econômico.

No início da pesquisa estavam matriculados 35 estudantes ao todo, a sua maioria no ensino fundamental. Grande parte dos estudantes eram residentes de João Surá, mas o colégio também atende a demanda escolar das comunidades vizinhas. Outro dado interessante coletado durante a pesquisa foi sobre o quadro de funcionários, dos nove professores/as que lecionavam cinco eram quilombolas. E os demais funcionários da escola também eram da comunidade. A criação da escola gerou uma maior qualidade de ensino para os estudantes que enfrentavam sérios perigos ao se deslocar longas distâncias para estudar, e também gerou renda para muitas famílias do quilombo.

Porém outros problemas surgiam, como a falta de diálogo proeminente entre o governo e a comunidade que causaram alguns desconfortos. Um exemplo foi sobre a construção do colégio: “Esse projeto que procurava responder a solicitação de um ambiente circular apontado pelos técnicos da CEC e do GTCM61 acabou se tornando padrão para as escolas a serem construídas em quilombos e em ilhas” (CRUZ, 2012, p. 103). Isso implicou na escolha do local onde o prédio escolar fora construído. O projeto de estrutural deste prédio, e outros programas de auxílio, que por vezes acomete as comunidades com o problema da padronização, onde a falta de representatividade local vira um problema sério a ser discutido. No caso da construção do colégio, o problema é complexo em relação ao território, o estado por vezes negligencia o diálogo com a comunidade. Esse ponto é fundamental para manter a interação e satisfação de ambas as partes. E neste caso, a falta de diálogo resultou na perda de um espaço importante de lazer para a comunidade, pois no local onde o prédio escolar fora construído também era onde aconteciam atividades desportivas de toda a região do vale.

Considerando a narrativa acima, a implementação de uma política educacional quilombola deve levar em consideração os diferentes tempos dos processos de regulamentação da proposta, institucionalização e construção das escolas, procurando manter uma sincronia entre esses diversos momentos, sem a qual, a Proposta pode não ser efetivamente operacionalizada. (CRUZ, 2012, p. 103)

A situação gerou ainda mais revolta quando o espaço não foi devidamente entregue para a comunidade, faltando os acabamentos elétricos e de outras esferas da arquitetura. Por muitos anos o espaço se manteve fechado, e as aulas ocorriam em um local secundário pertencente a Associação da Comunidade de João Surá. Nesse sentido, “apesar de institucionalizar procedimentos relativos à construção de escolas em quilombos, a padronização desconsiderava as especificidades geográficas e culturais de outras comunidades.” (CRUZ, 2012, p. 103). É importante promover com urgência um pensamento descolonizado na amplitude das relações

sociais que ainda estão verticalizadas. Para isso a educação Insubmissa intervém não somente no sujeito em formação, mas na relação exterior.

A intencionalidade de uma pedagogia que promova a emancipação precisa estar incutida em todos os envolvidos, mesmo aqueles que não são pertencentes ao território, visando um bem maior, um *bem-viver*. Podemos assim refletir que [...] nenhuma identidade é construída no isolamento. Ao contrário, ela é negociada durante a vida toda dos sujeitos por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com outros. (GOMES, 2017, p. 22) por tanto, é necessária a colaboração de parceiros externos ao território para que a eficiência dessas pedagogias aconteça. É no diálogo com o outro que a formação de novos sujeitos comprometidos com a transformação social acontece em maior escala. Em entrevista com Ramon Rodrigues Rosa, um dos professores do Colégio, foi possível perceber um pouco da intencionalidade que projeto pedagógico do Colégio Diogo Ramos em conjunto com a comunidade buscava:

Desde sempre a comunidade deixou claro o interesse da escola em ter professores da própria comunidade. Ciente disso, a minha função era formar alunos do ensino médio, mas para além, auxiliar na formação dos jovens para um dia se tornarem também professores da escola. (Ramon Rodrigues Rosa, agosto/2017).

Esta questão também está presente no Art. 56 das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola como orientação para uma política nacional de formação de professores quilombolas, pelas especificidades da modalidade. Para isso, a carta de anuência é um recurso fundamental nas comunidades quilombolas e indígenas, que auxilia na garantia de um ensino que vai ao encontro com os princípios de cada comunidade, e que a intencionalidade desses atores sociais, no caso dos profissionais da educação, respeite as Diretrizes da educação Escolar Quilombola. “Tanto identidade pessoal quanto a identidade social são formadas em diálogo aberto. Estas dependem de maneira vital das relações dialógicas com os outros.” (GOMES, 2007, p. 22). Ao promover essas interações todos se modificam.

O tempo de observação em campo de pesquisa possibilitou a percepção que os ensinamentos realizados no colégio atravessam as paredes da escola e percorrem todo o território de João Surá proporcionando diferentes aprendizagens. Por se tratar de um colégio inserido dentro do território, algumas especificidades estão relacionados a aprendizagem neste local, como em relação aos horários de início e término de aulas, que são diferenciados para atender a demanda dos estudantes em relação ao trajeto que eles percorrem, e também relacionada a alimentação dos adolescentes e jovens, pois mesmo o colégio estando mais próximo das residências quilombolas, alguns estudantes ainda percorrem quilômetros para poderem estudar.

Esse e outros processos importantes de decisões que a escola tomou durante o período de pesquisa foram realizados em conjunto. A começar pela definição de reformulação e alteração do Projeto Político Pedagógico – documento escolar que representa a identidade de cada instituição, onde

todas as informações sobre a escola e região estão inseridas. O PPP (Projeto Político Pedagógico) Também representa a proposta de ensino que o ambiente escolar desenvolve, e ele pode e deve ser alterado com o passar dos anos, para se manter atualizado diante das demandas e especificidades de cada localidade.

Nesta direção é necessário pensar qual é o projeto educacional da escola, pois é este que lhe confere identidade. Projeto este que permeia e se traduz em todos os espaços e tempos escolares, pois é no todo de sua organização que a escola assume e revela a sua função social na sociedade. (SOUZA, 2005, p. 5)

No caso do colégio o PPP precisa atender a demanda da modalidade de Educação Quilombola. Durante o período de pesquisa a gestão proporcionou uma dinâmica mais ousada e horizontalizada para a reformulação deste documento, contando com a participação da comunidade quilombola como um todo, mesmo aquelas e aqueles que não possuíam um vínculo direto com a escola como os pais e estudantes. Os grupos foram divididos entre Anciãos, Jovens, Pais e Mães de Alunos (PPP C. E. Q. Diogo Ramos, 2016) Funcionários e membros da associação da comunidade puderam opinar sobre qual o ensino que o ambiente desenvolveria pela próxima gestão pois o “povo são atores coletivos que legitimam ou deslegitimam conhecimento que deve ser ensinado em cada escola chamada autônoma.” (BARONNET, 2007, p.64). Esses grupos foram pensados para haver maior interação na discussão, visando o princípio de horizontalidade no desenvolvimento do trabalho realizado e tinham a tarefa de discutir e listar ações que valorizassem alguns princípios para a educação no colégio, como o fortalecimento dos valores éticos e da cultura quilombola, e também das formas tradicionais de relação com o trabalho, a produção e o manejo ambiental e territorial.

Após a realização destas oficinas, os grupos apresentaram, em formato de assembleias, os resultados das discussões e debates. “Isso significa que os fenômenos de autogestão atividades étnico-educacionais ocorrem em um espaço territorial envolvido em movimento de insubordinação pedagógica que corresponde às comunidades” (BARONNET, 2007, p.64) Um dos problemas relatados foi justamente em relação aos conhecimentos ocidentais, que são valorizados em outras situações como ponto de vista principal, ou único. “O racismo, a discriminação, as visões estereotipadas em relação às pessoas negras, em muitos casos, são fortalecidas pelos próprios sistemas educacionais...” (SILVA, 2016, p. 101) Questionando este fato, os grupos propuseram que exista uma relação entre o conhecimento quilombola e o conhecimento ocidental, produzindo um pensamento crítico de fronteira. Nesse sentido ao “Desconstruir a terminologia educativa oficial com o propósito de descolonizar o discurso pedagógico e educativo desde a construção do pensamento próprio nas comunidades” (RINCON, 2015, p. 82) foi uma das estratégias utilizadas pela comunidade para “desconstruir os ‘velhos esquemas’ postos e preencher as lacunas deixadas historicamente por um pensamento único, uma

história única” (SILVA, 2016, p. 101). Na intencionalidade de proporcionar aos jovens e adolescentes quilombolas em formação mais engajamento sócio-político nas tensões vivenciadas pelos quilombolas. Outro dos diagnósticos que foram levantados pelo grupo sobre a fragilidade do posicionamento crítico e que também podem atrapalhar o desenvolvimento trabalho pedagógico.

Foram muitos os problemas destacados que precisam a ser superados e que atrapalham no desenvolvimento do trabalho pedagógico do colégio, como a regularização fundiária do território, a infraestrutura da escola, quedas constantes de energia elétrica e outros tantos problemas que dificultam a aprendizagem dos estudantes.

As dificuldades acima destacadas explicitam que ainda há um longo percurso, em termos de qualificação de infraestrutura e recursos humanos para efetivar PPQuilombola, entretanto as direções e as equipes pedagógicas que compuseram o Colégio desde sua criação vem adotando ações com vistas a que alguns de seus princípios já sejam implementados. (Projeto Político Pedagógico Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, p.20, 2016

A partir destes e outros apontamentos a gestão do colégio sistematizou as informações que a comunidade decidiu em conjunto, e formularam o documento do Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos. No dia 3 de outubro de 2016 o projeto sistematizado foi apresentado para comunidade pelo diretor e o pedagogo da escola e depois esse mesmo documento foi encaminhado para a Secretaria de Estado de Educação.

Existe ainda uma grande diferença no que é pensado teoricamente e o que se aplica na prática, pois nesse caminho muitos agentes interferem até chegar na efetuação. Nesse sentido, precisamos nos livrar “dos velhos esquemas, em que a educação pouco tem combatido as amarras e as algemas que foram criadas e consolidadas historicamente, causando danos sociais, psicológicos e econômicos à população negra” (SILVA, 2016, p. 101). Esse fenômeno acontece pela longa homogeneização da proposta educacional no país. A colonização e exploração interferiu e ainda interfere no sistema educacional brasileiro, mas através da organização de diferentes movimentos sociais cada vez mais vem se questionando o rompimento com parâmetros euro-centristas no espaço educacional.

O desafio é construir formas que possam efetivamente contribuir com novos referenciais para as vidas das professoras e professores, e alunos e alunas negras e não negras; isso deve ser uma busca constante. (SILVA, 2016, p. 101).

Pensar em uma educação libertadora é também pensar em uma educação antirracista, de desobediência, autônoma e coletiva, que seja realmente transformadora, sendo entendida para além do sistema educativo (WALSH, 2009) Por isso esse movimento dentro do espaço institucional precisa estar muito internalizado nos seus agentes e na sua identidade educacional.

Nunes (2016, p.172) aponta que “a passagem das crianças quilombolas pela escola, deve, prioritariamente, fortalecê-las na possibilidade de lutas por direitos ainda negados [...]” principalmente por se tratarem de crianças com diferentes interseccionalidades. Neste mesmo viés se discute sobre a infância, adolescência e juventude, onde compreende os direitos da infância, pautados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, onde toda criança tem o direito a direitos básicos para vida humana, isso inclui direito a cultura, educação, direito à vida comunitária.

Segundo o PPP do colégio, o papel da escola está na preparação do aluno para um posicionamento crítico e de transformação do quadro social desigual e preconceituoso no qual estamos inseridos atualmente, mas também é enfatizado o direito da criança ao brincar, garantindo assim o desenvolvimento de suas formação identitária, valorizando os aspectos da cultura quilombola e compreendendo a cultura africana e afro-brasileira como algo mutável assim como as identidades que sofrem com a influência do tempo.

Esse fortalecimento pode ser visto em prática, através da ação dos professores. Por estarem comprometidos e inseridos na proposta pedagógica, o trabalho desenvolvido teoricamente entre os grupos de trabalho esteve presente em diferentes ações desses profissionais. É possível destacar que ao analisar os espaços ao entorno da comunidade, e problematizar estas questões com os estudantes os/as professores/as trazem a valorização da cultura quilombola e afro-diaspórica para o espaço escolar, ou quando enaltecem as contribuições do povo negro para o desenvolvimento do conhecimento científico, no avanço tecnológico, seja pela medicina e matemática egípcia ou pela construção de casas de barro ou farinheiras. Esse trabalho só é possível por levar em consideração as concepções que buscam a transformação social.

A educação nesse sentido, surge como uma poderosa arma contra as opressões que a sociedade desempenha sobre as comunidades subalternizadas. Através insubmissas se almeja a libertação e descolonização do conhecimento. O desafio da educação libertadora, é promover a construção de uma sociedade que respeite a diversidade e que se comprometa com a transformação social, visando políticas de bem viver entre os diferentes povos.

No entanto, um aspecto central é a consideração de que a pedagogia e a educação em geral devem estar a serviço de um projeto de desobediência aos mandatos oficiais, na medida em que estes não correspondem aos interesses sociais, econômicos, culturais e políticos das comunidades. (RINCÓN, 2015, p. 87)

O colégio em conjunto com a comunidade, ao formular sua proposta de pedagogia insubmissa se embasaram em três princípios chaves para a elaboração do conhecimento no espaço escolar: Trabalho, Mutirão e respeito ao Combinado. O trabalho que é fonte do sustento das famílias de João Surá, e também uma das vias de transmissão do conhecimento na comunidade, o Mutirão que a ação em grupo, onde todos se ajudam, e o Combinado que expressa a força da palavra, onde o que é dito tem valor e deve ser cumprido. Essas concepções embasam o

pensamento sobre o fazer pedagógico no colégio e o que move as ações em cada instância, configurando essa experiência educacional como única, libertaria e insubmissa.

Para além das propostas pedagógicas se realizou práticas de ensino que transbordam as salas de aulas, numa educação intercultural e por vezes transdisciplinares. Além dos ensinamentos e trocas de aprendizagens é possível reconhecer a construção das diferentes experiências que ocorreram durante os anos letivos nas escolas pela exposição de trabalhos nos murais, paredes ou outros espaços externos. Construções realizadas pelos/as educandos/as ou por toda a comunidade escolar.

## **PAREDES QUE OUVEM E CONTAM HISTÓRIAS: ESTÉTICA DA R-EXISTÊNCIA**

Dentro dos espaços educacionais são construídas trajetórias, tanto dos/as educandos/as quanto dos/as professores/as e demais funcionários das escolas. Se paramos para refletir sobre o tempo que passamos dentro de um ambiente escolar é possível sem muita análise concluir que dedicamos parte significativa de nossas vidas em nestes espaços. Nessa perspectiva, é possível compreender que da mesma maneira em que em nossas residências dedicamos espaços para preencher com registros significativos para cada um de nós, que fazem sentido pra nossa ambientação, o ambiente escolar também precisa trazer significado para aqueles que ali habitam.

Durante os períodos de imersão em campo foi possível acompanhar como o espaço escolar se modificou ao longo do tempo. Analisando o espaço escolar do CEQ Diogo Ramos foi possível perceber muitos pontos importantes em sua estética, que transpareciam a identidade Quilombola. Na antiga cede da escola continha na sua entrada a frase “A educação é a arma mais poderosa para mudar o mundo” (Nelson Mandela) e ao lado a Lei 10.639/03, na entrada principal. Essa enunciação apresenta uma mensagem de resistência através da educação. É possível concluir, apenas com essa descrição da entrada que a escola tinha uma proposta diferenciada de educação.

Logo em seguida, também na entrada, se encontrava uma Sankofa - Adinkra africano que significa olhar para o passado e ressignificar o presente - talhada em madeira, em cima da placa que nomeava a escola. Abaixo uma faixa do Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira – MOAB com a frase: “Na Luta! Contra a ameaça de Barragens”. E mais a frente um pé de Pimenta malagueta plantado na sua entrada.

Nas paredes da escola existia a pintura de diferentes Adinkras e outras pinturas retratando mulheres negras e sua beleza. Dentro das salas de aula o trabalho dos alunos estava exposto em exibição, alguns trabalhos realizados em turmas passadas e outros mais atuais. Em uma das salas de aula existia um mapa África, e dentro deste mapa continha a bandeira de todos os países continente em exposição em uma das salas de aula. Em outra sala havia um mural intitulado “Heróis da comunidade” onde retratos de ancestrais da comunidade estavam desenhados em

conjunto com outras personalidades famosas. Outros símbolos da cultura afro-brasileira estavam espalhados por toda a escola. O espaço físico expressava para todas e todos que naquele ambiente se valorizava a cultura e história afro-brasileira e quilombola.

Atualmente o colégio teve algumas mudanças significativas, a principal foi a mudança para outro espaço. Mas sua identidade quilombola ainda está expressada nas paredes e salas de aula.

No prédio do colégio as paredes externas ganharam grafites onde a arte negra que faz alusão a cultura Hip-hop destacou simbologias importantes para a escola, como palavras de inspiração que carregam valores importantes para a transformação social. A figura da mulher negra também ganhou destaque.

As salas de aula, agora maiores e com mais recursos, mantêm os antigos registros nas paredes, e novos trabalhos foram ganhando espaço, desenhos e registros que representam a cultura quilombola tem destaque. A maioria das pinturas foram realizadas pelos próprios estudantes. A escola por meio desta iniciativa demonstra que valoriza seus artistas locais e incentiva por meio do reconhecimento o trabalho artístico que os estudantes realizam, ampliando possibilidades de aprendizagem, desenvolvimento e projeções de futuro para os/as estudantes

Algumas escolas optam por preencher os espaços da escola com matérias lúdicos e personagens infantis mais comercializáveis, outros espaços nem sequer são preenchidos. O destaque para essa movimentação é importante para ressignificar o padrão estético dos espaços escolares, que por vezes busca uma neutralidade, mas acaba desperdiçando oportunidades diversificadas de trazer representatividade para os espaços. Ao trazer para a exposição externa os trabalhos realizados pelos educandos/as e outros registros de trabalhos realizados é uma forma de demonstrar o trabalho feito na escola e a constância na produção de conhecimentos.

Aqui temos muitas observações a se fazer sobre a identidade que está construída dentro deste espaço de educação. Não é preciso perguntar ou buscar em arquivos para saber sobre suas história e origem, pois ela esta contada nas paredes do ambiente escolar. Guardando bons momentos e aprendizagens. Ensinando os que chegam sobre o que a escola valoriza.

## **PRATICAS PEDAGÓGICAS INSUBMISSAS**

Para além das propostas pedagógicas se realizou práticas de ensino que transbordam as salas de aulas, numa educação intercultural e por vezes transdisciplinares. Além dos ensinamentos e trocas de aprendizagens é possível reconhecer a construção das diferentes experiencias que ocorreram durante os anos letivos nas escolas pela exposição de trabalhos nos murais, paredes ou outros espaços externos. Construções realizadas pelos/as educandos/as ou por toda a comunidade escolar.

A seguir será detalhada algumas das atividades acompanhadas no período da pesquisa, o nome dos professores e das professoras será substituído por nome de realezas africanas, para preservar a identidade do grupo. Todos os exemplos a seguir são praticas originais que os professores e professoras desenvolveram no colégio sobre a coordenação da gestão escolar e que apresentaram ótimos resultados na aprendizagem dos estudantes, principalmente nas questões ligadas a promoção da identidade quilombola e identidade negra.

Acompanhando a turma do 1º ano do Ensino Médio, na aula de matemática, me deparei com uma pratica de ensino muito interessante, o professor *Kalwete*, quilombola da região, explicava aos aluno o teorema de Pitágoras e ao mesmo tempo problematizava sobre a apropriação de conhecimento, pois muito da ciência Africana, foi mais divulgada e promovida como conhecimento europeu através dos gregos. Ele explicou que a técnica já era utilizada anteriormente pelos Egípcios, ao utilizarem cordas em agrimensuras para construir ângulos retos. A teoria ficou conhecida justamente por que Pitágoras utilizou esse cálculo para entender a proporção das pirâmides do Egito. O professor desenhou uma pirâmide no quadro e começou a explicar sobre hipotenusa e catetos no conteúdo matemático. Essa pratica que confluiu os ensinamentos matemáticos com relações étnico raciais e apropriação do conhecimento africano conseguiu traduzir a maior dificuldade que o movimento negro aponta sobre a eficácia da lei 10.639/03 em relação à formações de professores. A dificuldade refere-se como abordar o conhecimento afro-brasileiro e história africana de uma forma transversal no currículo. Fazer essa problematização sobre o conteúdo além de trazer na transversalidade do tema de história da África, também constrói um pensamento crítico sobre epistemologias contra-coloniais com os educandos.

Outra técnica que o professor utilizou com a turma do 6º ano do Ensino Fundamental, foi para explicar geometria aos educandos. O professor utilizou barbantes amarrados numa estrutura externa da escola que formava um polígono. Depois que todos os pontos dos barbantes estavam amarrados o professor solicitou que os educandos observassem bem onde cada linha se cruzava. A estratégia de cruzar as linhas do barbante foi para ensinar as crianças sobre pontos e vértices nas figuras geométricas. A visualização concreta da formação geométrica auxiliou na resolução de problemas e cálculos matemáticos deste conteúdo. A estratégia do professor de utilizar um espaço fora de sala de aula também provocou outras sensações para a aprendizagem, trazendo significância concreta para aquelas crianças.

A professora *Nzinga* também demonstrou além de uma resiliência em lidar com as adversidades do espaço escolar e falta de recursos, uma grande habilidade em ser transdisciplinar no ensino da educação física. Durante as aulas acompanhadas pude observar ela realizar com os/as educandos/as diferentes brincadeiras, jogos e atividades que ligavam conhecimento ancestral e novas abordagens de movimento e interação. Um dos esportes que os/as educandos/as mais gostavam era o futebol, e a professora utilizou esse esporte para conversar sobre diferentes

temas, como o racismo dentro das competições e clubes, a origem do jogo e o motivo de se tornar popular no Brasil, e o mais enfatizado por ela: Machismo no futebol e a diferença de patrocínio, visibilidade e salários entre jogadores da seleção masculina em comparativo com a feminina. Falou da trajetória da Marta, atacante da seleção feminina de futebol do Brasil. Esse assunto levantou um debate entre os educandos sobre as relações pessoais entre colegas e como o futebol misto que eles praticam entre si tem suas vantagens, nesse dia em questão os alunos elogiaram muito a performance de uma das meninas da turma que jogava muito bem futebol. E outros pontos foram abordados como o quanto eles perdem quando acontece brigas e rivalidades entre gênero.

A professora quilombola *Aqualtune* de geografia começou a falar sobre paisagens naturais com os alunos de 6º ano, e começaram a observar pela janela o local onde eles moravam. falou sobre a ação do homem na natureza e os alunos falaram sobre a plantação de pinus e Eucalyptus na comunidade e seus impactos ao meio ambiente. Ao abordar sobre a vida urbana a reflexão gerou opiniões sobre desigualdades sociais e fome, os estudantes apontaram no debate que as pessoas pobres da cidade sofrem mais com a fome que as pessoas no campo, pois no campo se há a possibilidade do cultivo, do plantio, da caça e pesca, no qual um espaço urbano não tem a possibilidade de se desenvolver. ali eles podem pescar, tem ar puro, não passam fome, e na cidade há muita desigualdade. Mas eles também apresentaram relatos sobre suas próprias desigualdades sociais, em relação a vida no campo, e outras questões territoriais.

Outro exemplo foi a professora quilombola *Dandara* que fez uma introdução ao conhecimento de química para os alunos do primeiro ano do ensino fundamental, relacionando os alquimistas com as benzedeiras e curandeiros na manipulação dos produtos que geram outras propriedades químicas. Disse que as garrafadas que são confeccionadas por curandeiros e benzedeiras é uma junção de diferentes elementos que quando combinados causam outros efeitos como os remédios feitos das ervas medicinais que quando são submetidos à ebulição soltam propriedades químicas curativas na água, que a infusão é uma técnica que os químicos também utilizam na manipulação dos elementos. Este exemplo de valorização do conhecimento ancestral e das práticas milenares de medicina, seja ela alternativa, ou a que dá embasamento para a fabricação de medicamentos farmacêuticos.

Para o ensino de História a professora *Tereza* realizou uma atividade que parecia ser simples na execução, mas que despertou muitas questões sobre historiografia. Ela selecionou algumas fotografias que tinha em casa que eram registros da construção do cruzeiro, ponto importante da comunidade onde todos os anos no período pascoal algumas pessoas da comunidade peregrinam até o local. A história do cruzeiro carrega além de fé muita tradição, a mim ela foi contada por uma das anciãs da comunidade, avó de *Tereza* e que na época havia falecido a pouco tempo. Nesta atividade a professora contou para os estudantes toda a história, assim como sua avó, e refletiu com eles sobre algumas questões importantes para a história como o registro e a oralidade. Essa atividade presente na grande curricular demonstra que a valorização

da cultura e história local tem seu lugar de destaque. O que gostaria de ressaltar é como o registro fotográfico, que foi a ferramenta na qual ela buscou utilizar para discutir sobre memória e historiografia com os/as educandos/as carrega importantes movimentos. Depois de passar para as crianças as imagens pediu para que contassem o que cada um sabia sobre esse monumento, e depois solicitou para que eles trouxessem para sala de aulas outros registros como esse para poderem discutir como é importante a valorização da memória da comunidade.

O professor de biologia *Ganga Zumba* realizou com os estudantes um estudo sobre as plantas e ervas medicinais que eram utilizadas na comunidade e suas propriedades curativas, bem como a forma de cultivá-las para isso solicitou que os estudantes conversassem com suas melhores fontes históricas: os mais velhos, e trouxessem o resultado do levantamento de dados sobre as plantas encontradas. Enquanto isso a professora de artes *Mahin* desenvolveu diferentes danças que tinham origem no congado ou outras danças tradicionais negras com os estudantes, também produziu com eles diferentes peças de teatro que contava as tradições e histórias da própria comunidade.

Estes são apenas alguns poucos exemplos que acompanhei durante a pesquisa. A variedade de atividades coletivas, individuais que ocorreram dentro do Colégio Diogo Ramos só corrobora com a concepção de que a educação é a melhor forma para modificar pensamentos, e que pode ser simples mas eficaz, quando suas propostas estão alinhadas com o pensamento comunitário. De forma interdisciplinar a educação escolar quilombola vivencia em seus vários ambientes a possibilidade de trabalhar o ser em desenvolvimento em amplas vertentes. Nesse sentido acredito que os exemplos práticos aqui trabalhados podem e devem ser utilizados como inspiração para a educação básica de todo o sistema de ensino, pois a luta antirracista necessita de ampliação, e precisa ser um compromisso de todos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos anos trabalhando como educadora, me deparei muitas vezes com situações de racismo e preconceito, principalmente na primeira infância. Nestes espaços escolares a violência racial era por meio sistêmico, onde atividades tinham um cunho discriminatório. Ao trabalhar com a formação pedagógica, formação docente e com a temática das relações étnico raciais para a promoção da educação antirracista, a queixa das docentes era como combater a discriminação no currículo escolar e a falta de exemplos práticos de educação antirracista.

Mesmo com o avanço nas teorias raciais, com diferentes pesquisadoras e educadoras realizando estudos que promovem uma educação antirracista, ainda foi possível presenciar dentro das escolas muitas atividades que desrespeitam a figura da pessoa negra. Existem muitas pesquisas e críticas a exemplos práticos de atividades racistas. Porém é real a necessidade de se

ampliar a divulgação de práticas educacionais antirracistas que possam fazer a diferença no ensino da promoção de igualdade racial.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombolas de que trata o art. 68 do Ato das. Brasília: [s.n.], 2003.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Brasília: [s.n.], 2003.

BARONNET, B. El movimiento zapatista y la educación para la autonomía, In: MELGAREJO, P. M. Pedagogías Insumissas: Movimientos Político-Pedagógicos y Memorias Colectivas de Educaciones Otras en America Latina. ed. Juan Pablos Editor Chiapas, 2015. p 49-73

CRUZ, C. M. Trajetórias, lugares e encruzilhadas na construção da política de educação escolar Quilombola no Paraná no início do III milênio. Curitiba: UFPR, 2012.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 59ª. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GOMES, N. L. Indagações sobre Currículo: Diversidade e Currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2007.

NUNES, G. H. L. Educação formal e informal: o diálogo pedagógico necessário em comunidades remanescentes de quilombos. In: BRAGA, M. L. D. S.; SOUZA, E. P. D.;

PINTO, A. F. M. Dimensões da inclusão no Ensino Médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola. Brasília: MEC/BID/UNESCO, 2006. p. 343-360.

RINCÓN, J. E. G. Educación propia, educación liberadora o pedagogía de la desobediencia en las comunidades. In: MEDINA MELGAREJO, P. Pedagogías Insumissas: Movimientos Político-Pedagógicos y Memorias Colectivas de Educaciones Otras en America Latina. Chiapas: Juan Pablos Editor, 2015.

SILVA, G. M. Educação e Luta Política no Quilombo de Conceição das Crioulas. Curitiba: Appris, 2016.

WALSH, C. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e reviver. In. Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas, org. CANDAU, V. M. 2009.